



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 971, DE 2022**

**(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)**

Institui a Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-2335/2015.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2022**

(Do Sr. CARLOS HENRIQUE GAGUIM)

Institui a Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais, a ser implantada em todo o território nacional com o objetivo de estimular a microgeração de energia nos estabelecimentos rurais a partir de fontes renováveis.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, por sustentável entende-se a energia obtida a partir do aproveitamento de pequenos cursos d'água, dos ventos, da luz solar, da biomassa, de resíduos da atividade agropecuária, bem como da produção de biocombustíveis em pequena escala.

**Art. 2º** São diretrizes Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais:

I – a sustentabilidade ambiental, social e econômica da geração de energia renovável;

II – o desenvolvimento e a adoção de tecnologias que resultem em ganhos de eficiência na geração de energia;

III – a coordenação e a integração das políticas públicas federais, estaduais e municipais, e entre estas e as ações do setor privado dedicadas à geração de energia renovável por produtores rurais;

IV - o aproveitamento racional dos recursos naturais renováveis;

V - a melhoria na qualidade de vida no meio rural, em especial dos pequenos produtores e dos agricultores familiares;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Henrique Gaguim  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229273709900>



VI - o fomento à economia local;

VII - o processamento e a agregação de valor ao produto *in natura*.

**Art. 3º** São instrumentos do Programa de Incentivo à Geração de Energia Rural Renovável:

I – a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico;

II - a concessão de crédito rural para o financiamento da aquisição de equipamentos, dispositivos, máquinas e de obras necessárias à geração de energia renovável no imóvel rural a partir das fontes relacionadas no parágrafo único do art. 1º.

III – a assistência técnica voltada para a capacitação do produtor rural quanto à gestão e à segurança energética;

Parágrafo único. Terão prioridade de acesso ao crédito rural de que trata o inciso II do **caput** deste artigo agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, inclusive quando organizados em associações, cooperativas ou arranjos produtivos locais.

**Art. 4º** Na formulação e na execução da Política de que trata esta Lei, os órgãos competentes deverão:

I - estabelecer parcerias e coordenar ações de entidades públicas e privadas;

II – considerar as reivindicações e sugestões dos produtores rurais;

III – fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia voltada para a geração eficiente de energia renovável;

IV – estimular a organização de produtores rurais em torno de cooperativas, associações ou arranjos produtivos locais especializados na geração de energia renovável;

V – ofertar linhas de crédito rural para o financiamento da aquisição de máquinas e equipamentos e para a realização de obras



destinados à geração de energia renovável, em condições adequadas de taxas de juros e prazo de pagamento.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Tendo presente que nem todas propriedades rurais dispõem de redes de distribuição de energia, o presente projeto de lei institui a Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais, com o objetivo de estimular a microgeração de energia nos estabelecimentos rurais a partir de fontes renováveis, assim entendida a obtida a partir do aproveitamento de pequenos cursos d'água, dos ventos, da luz solar, da biomassa, de resíduos da atividade agropecuária, bem como da produção de biocombustíveis em pequena escala.

A disponibilidade de alguma fonte de energia é pré-condição para acesso pela população que vive em estabelecimentos rurais não somente a comodidades como iluminação artificial, geladeira, televisão e demais eletrodomésticos, mas também para a execução de diversas atividades associadas a seus sistemas produtivos.

Alguns exemplos são: agregação de valor à produção, via transformação e conservação dos alimentos produzidos; utilização de máquinas e equipamentos com força motriz baseada em eletricidade, em geral a um custo mais acessível que o inerente ao consumo de combustíveis fósseis; e uso de equipamentos eletrônicos que, entre outros aspectos, facilitam a aquisição de insumos, a venda da produção, o acesso a canais de comercialização, a obtenção de crédito e de informações relevantes aos sistemas produtivos.

A proposição consigna como um dos instrumentos da Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais a concessão de crédito rural para o financiamento da aquisição de equipamentos, dispositivos, máquinas e de obras necessárias à geração de

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Henrique Gaguim

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229273709900>



energia renovável no imóvel rural a partir de fontes renováveis. Além disso, estabelece que terão prioridade de acesso ao crédito agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, inclusive quando organizados em associações, cooperativas ou arranjos produtivos locais.

Certo de contribuir para o desenvolvimento do meio rural, encareço o apoio dos nobres Pares no sentido da aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2022.

Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM

2022\_1369



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Henrique Gaguim  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229273709900>

